

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares - Região Sudeste, municípios de: Almas, Arraias, Chapada da Natividade, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Monte do Carmo, Natividade, Pindorama, Santa Rosa, Porto Nacional.</p> <p>Local: Colégio Agropecuário de Natividade, em Natividade/TO.</p> <p>Data: 11 a 13 de abril de 2025.</p> <p>Duração: 03 dias.</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderadoras: Mary Lima e Renata Pereira Tereza Alice Negreiros Nascimento e Celenita Gualberto Pereira Bernieri.</p> <p>Relatores: Andréa Luiza Collet e João Marcos Pinheiro Santos.</p> <p>Facilitador Gráfico: Paulo Henrique Vieira de Carvalho.</p> <p>Técnicas em Comunicação: Sophia de Oliveira Santos e Millena Silva Cruz Kanella.</p> <p>Recreadoras: Maria Goreti Canguçu Leal e Delaine Vieira Ribeiro.</p> <p>Articuladores Comunitários: Maria Divina Cordeiro da Silva de Cerqueira e Antônio Benedito da Silva Filho.</p> <p>Representantes do Poder Público: Isabel Acker e Marli Santos (pontos focais do estado/SEMARH)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Jucilene Almeida Dias dos Santos Sousa, presidente da FETAET (Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins); Maria Divina Cordeiro da Silva de Cerqueira (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Natividade); Hellen Rayssa Nunes Rodrigues, diretora do Colégio Agropecuário de Natividade.</p>	
DIA 01: SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. José Batista Coutinho (Zeca) – Natividade 2. Joaquim P do Carmo – São Valério 3. Emilda Ramos Rodrigues – Arraias 4. Valdivino Cordeiro da Silva – Natividade PA Jacubinha 5. Mosar Soares Correia – Natividade PA Jacubinha 6. Orlando Félix da Silva – Natividade PA Jacubinha 7. Josiane Rodrigues da Silva – Santa Rosa PA Bom Jesus 8. Sidonil Ferreira Gomes – Natividade Fazenda São José 9. Cleonice de Sales Dias – Santa Rosa 10. Jociana Batista G S Pereira – Natividade 11. Janaina Silva Oliveira Gomes – Natividade 	

12. Daniela Rodrigues Barbosa – Natividade
13. Michelle Barbosa Rodrigues – Conceição do Tocantins
14. Gilson Pereira Lacerda – Natividade
15. Marlene Lima dos Santos – Natividade
16. Carlos Junior R. Carvalho – Santa Rosa
17. Maria Abadia Pereira Rabelo – Natividade
18. Edith Sena Ramalho – Natividade
19. Mabil Barbosa Mendes – Santa Rosa | PA Bom Jesus
20. Cleomi Pereira da Silva Gomes – Natividade
21. José Carlos Cordeiro da Silva – Natividade | PA Jacubinha
22. Luiz Gustavo L Verde – Santa Rosa | PA Bom Jesus
23. Hugo Cordeiro Paiva -
24. Adalho Filho – Natividade
25. Daiany G Andrade – Santa Rosa
26. Marcos Hyago G. Souza – Fazenda Santa Luzia
27. Dilma Cordeiro da S. Pereira – Natividade
28. Cleone C. de Carvalho – Natividade
29. Morocino Alaerte Batista dos Reis – Natividade
30. José Wennes Martins Nazareno – Natividade | Distrito Príncipe
31. Janeide Cordeiro da Silva – Natividade | Chácara São Luiz
32. Jareide Víncola de Sales Dias – Chapada de Natividade
33. Ueslei Alves Rabelo – São Valério
34. Maria Guanamar S. de Sousa – Palmas

Abertura

Após o credenciamento dos participantes, foi realizada a instalação dos trabalhos da Oficina Pública de Consulta Programa Jurisdicional de JREDD+ com os agricultores familiares da Região Sudeste do Estado do Tocantins. O evento, realizado no Colégio Agropecuário de Natividade, teve início às 16h, quando as representantes do Governo do Estado, Isabel Acker e Marli Santos, ponto focal especialistas em JREDD+, deram as boas-vindas ao público, explicando a sigla JREDD+ - Redução de Emissões dos Gases do Efeito Estufa e por Desmatamento e Degradação Florestal.

A presidente da FETAET (Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins), Jucilene Sousa, durante sua fala de abertura, destacou: “esta é a primeira vez que a agricultura familiar foi chamada para fazer parte das coisas do governo”. Agradeceu à Semarh (Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) pela oportunidade da categoria de estar presente e participar da construção desta política pública.

Já a presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Natividade, Maria Divina, convidou os presentes para participarem ativamente desta oportunidade para discutir o JREDD+ e compreender as necessidades da comunidade. Enfatizou que este é o momento de entender como o JREDD+ vai melhorar a comunidade: “se eu estou aqui, a minha comunidade também está (...) só temos a ganhar”.

A moderadora Celenita Bernieri, também professora quilombola, convidou os participantes para se dirigirem ao pátio e, embaixo de um pé de Flamboyant, conduziu a dinâmica “Embarca”, quando os presentes puderam se apresentar.

Em seguida, foi servido um lanche, quando as pessoas puderam conversar um pouco. Alguns quitutes que fazem parte da culinária local puderam ser apreciados.

Os trabalhos foram retomados às 16h50, e a facilitadora Mary Lima apresentou as equipes de trabalho, organizadas por camisetas de cores diferentes.

Mary Lima também apresentou a dinâmica prevista para os três dias de oficina, citando algumas questões envolvidas na política pública do JREDD+, entre elas o subprograma voltado aos PIQPCTAF (Povos Indígenas e Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais, Agricultores Familiares), o sistema de governança e a importância das florestas para o enfrentamento das mudanças climáticas. Informou, ainda, que o evento encerraria com a escolha de quatro representantes da região para a audiência pública, que ocorrerá em Palmas, possivelmente no mês de julho. A facilitadora convidou as pessoas para aproveitar o espaço para tirar dúvidas e contribuir com a construção do programa. Mary estimulou as pessoas a colocarem suas sugestões no painel “Sementeira de Ideias”.

A moderadora Tereza Alice assumiu o trabalho explicando a dinâmica de grupo que seria realizada na sequência. Os participantes foram organizados em três equipes para discutir dois pontos: 1) o que você conhece de JREDD+; 2) o que gostaria de saber.

Ao retornar para a plenária, a facilitadora Mary convidou os grupos para compartilharem um resumo do que havia sido discutido. Representando o Grupo 1, Emilda Rodrigues (Arraias) elencou alguns assuntos abordados: se o JREDD+ atende quem tem e quem não tem terra; qual é o significado de cada uma das letras; o que pode ser financiado pelo programa; se há recursos financeiros; e o tamanho da área a ser utilizada pelo programa.

Janaína Gomes e Daniela Barbosa (ambas de Natividade) falaram pelo Grupo 2. Para o grupo, o JREDD+ está relacionado à preservação do meio ambiente, agricultura familiar e desenvolvimento, abrangendo questões como o sistema de cultivo agroflorestal, emissão de gás carbônico e degradação das nascentes. O grupo questionou se a sigla se referia a uma Rede Estadual de Desenvolvimento e como poderiam trabalhar em prol de melhorias, com mais responsabilidade, na agricultura familiar. O grupo também demonstrou curiosidade em saber como surgiu o “projeto” e por quem foi criado, os impactos positivos e os benefícios decorrentes. Outro questionamento foi sobre como o crédito de carbono é gerado.

Mabil Barbosa (Santa Rosa) iniciou a apresentação do Grupo 3 fazendo a plateia sorrir. Disse que a turma estava ansiosa por conhecimento sobre como um programa que trata do aquecimento global poderia contribuir com a agricultura familiar e produção de hortas. Jociana Pereira (Natividade) reiterou a fala do colega, acrescentando que o JREDD+ também é um programa de educação ambiental e cuidado.

Marli Santos, ponto focal do Estado, adiantou que o JREDD+ pode oferecer recursos financeiros para as entidades representadas na oficina implantarem projetos e ações que serão discutidos no decorrer da oficina.

Isabel Acker, também ponto focal do Estado, informou que o JREDD+ é uma política pública e que o programa ainda não está pronto, mas que será uma construção coletiva desenvolvida durante as 47 oficinas programadas, envolvendo demandas e experiências que fazem sentido para os povos indígenas, agricultores familiares e quilombolas. Isabel explicou, ainda, que quando o documento estiver pronto, será disponibilizado para apreciação da população nos 30 dias que antecedem a audiência pública estadual, prevista para o mês de julho.

José Wennes, agricultor familiar no Distrito Príncipe (Natividade) há 35 anos, aproveitou para fazer um trocadilho com a sigla do programa: “O REnDD mais – dinheiro, alimento, conhecimento é um benefício que vem para melhorar a vida do pequeno agricultor”.

Janaína Gomes, nascida e criada na zona rural de Natividade, lembrou que a venda direta de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar é de grande valia para as famílias produtoras e que a oficina é uma oportunidade ímpar de aprendizado. Seu objetivo em participar era conhecer o programa e levar as novidades ao pai, que é agricultor.

Isabel Acker enfatizou a potência da rede que está sendo gerada nas oficinas, que poderá levar informações de fonte segura aos agricultores familiares do Tocantins, um público estimado em 42 mil famílias.

Cleone Carvalho (Natividade), filho e sobrinho de agricultores, disse, de maneira descontraída: “o único JREDD+ que eu conhecia até agora era o Red Bull”, acrescentando vai poder levar os novos conhecimentos para os pais, além de estar melhor embasado para defender o programa e dar uma opinião coerente.

A facilitadora Mary Lima reforçou a importância de acessar a informação certa e, antes de encerrar os trabalhos do dia, às 18h20, aproveitou para convidar o público para conhecer os painéis de facilitação gráfica que serão desenvolvidos por Paulo Henrique de Carvalho no decorrer da oficina. Por meio de palavras e ilustrações, a facilitação gráfica reforça os pontos mais relevantes de cada etapa da oficina.

No primeiro dia de evento, o almoço e o jantar foram servidos na sede do Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Natividade. As refeições foram preparadas por pessoas da comunidade e a aquisição feita no próprio município, com produtos da agricultura familiar, como forma de respeitar e valorizar os saberes regionais.

DIA 2: SÁBADO, 12 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. Luso Gomes Ferreira – Porto Nacional
2. Gernilson Gonçalves da Silva – Porto Nacional
3. Delvaide Ferreira dos Santos – Monte do Carmo
4. Valdemar Guimarães Medrado – Porto Nacional
5. Edivaldo P. Beli – Pindorama
6. Ueslei Alves Rabelo – São Valério
7. Delmício Dias dos Santos – Porto Nacional
8. Janes Costa Xavier – Pindorama
9. Divino Aureliano Silvério – Pindorama
10. Joaquim P. do Carmo – São Valério
11. Simone Nunes de S Ribeiro – Almas
12. Daiane Costa Galdino Oliveira – Dianópolis
13. Elizabete Ribeiro de Oliveira – Dianópolis
14. Jociana Batista Gomes da Silva Pereira – Natividade
15. Cleoni P. da Silva Gomes -
16. Carlo Junior Rodrigues Carvalho – Santa Rosa
17. Daiany Gonçalves Andrade – Santa Rosa
18. Gilson Pereira Lacerda – Natividade
19. Mosar Soares Correia – Natividade | PA Jacubinha
20. Valdivino G Silva - Natividade | PA Jacubinha
21. Orlando Félix da Silva - Natividade | PA Jacubinha
22. Cleonice de Sales Dias - Santa Rosa
23. José Carlos Cordeiro da Silva - Natividade | PA Jacubinha
24. Víncola de Sales Dias - Chapada da Natividade
25. Mariane Xavier dos Santos – Arraías
26. Janaina Machado Cardoso – Arraías
27. Emilda Ramos Rodrigues – Arraías
28. Sangella Dourado Pereira – Dianópolis
29. Michelle Barbosa Rodrigues – Conceição do Tocantins
30. Raissa de Oliveira Tavares – Dianópolis
31. Luiz Gustavo Verde – Santa Rosa
32. Josiane R. da Silva – Santa Rosa
33. José Wennes M. Nazareno – Natividade
34. Edmilson Cardoso – Natividade
35. Dilma Cordeiro da Silva Pereira – Natividade
36. Maria Guanamar S. de Sousa – Palmas
37. Morocino Batista dos Reis – Chapada da Natividade
38. Janaina de S. O. Gomes – Fazenda Lagoa Santa Luzia
39. José da Costa Leite – Natividade
40. Sádilla Aparecida Ramos Rodrigues – Conceição
41. Maria Abadia Pereira Rabelo – Natividade
42. Daniela Rodrigues Barbosa – Natividade
43. Cleone Cordeiro Carvalho – Natividade
44. Gerson Martins de Alencar – Natividade

Abertura

As atividades do segundo dia da oficina iniciaram às 8h30, com a facilitadora Renata Pereira explicando como seria o fluxo do diálogo no decorrer da programação.

Na sequência, a moderadora Celenita Bernieri convidou o público para se dirigir ao pátio, onde as pessoas se organizaram em roda e, ao se apresentarem, foram nomeando árvores, outras plantas e animais do bioma Cerrado.

No retorno à plenária, Renata Pereira fez uma breve introdução sobre o JREDD+, destacando cada palavra da sigla, e convidou os presentes para falar em poucas palavras o que vinha à mente quando ouviam os seguintes questionamentos: “Por que as florestas são importantes?” e “Como percebemos o clima no território nos últimos anos”. Dentre as palavras citadas, registro: oxigênio, alimento, sustento, colaboração com o clima, aumento do calor e temperatura e a redução das águas.

Celenita Bernieri retomou a palavra e propôs uma reflexão sobre as modificações sofridas pelo Cerrado ao longo do tempo, citando como exemplo as realidades vivenciadas pelo seu José Batista (o Zeca, de Natividade), de 88 anos, por ela própria, que está na casa dos 40, e a menina Ana Vitória, de apenas 8 anos. A mobilizadora instigou: “Nossa floresta é o Cerrado – um bioma tão importante quanto qualquer outro Como podemos colaborar para que o Cerrado continue de pé e produzindo?”.

O agricultor José Wennes (Natividade) pediu a palavra para ilustrar a indagação com um exemplo real. Citou o projeto de preservação da Bacia do Manoel Alves, que tinha como proposta cercar a nascente e reflorestar suas margens com espécies frutíferas nativas. Disse que ao contrário de Chapada de Natividade, onde 46 produtores aderiram ao plantio, na sua região, Distrito de Príncipe, apenas 6 pessoas se engajaram. Relatou que não foi uma tarefa fácil, pois uma forte estiagem matou cerca de 30% das mudas plantadas naquele ano, mas as 1,2 mil árvores que resistiram hoje estão com altura entre 2 e 4 metros. Para seu José, na época, faltou suporte de conhecimento. Otimista, disse: “O JREDD+ vai valorizar os agricultores que fizerem o manejo da propriedade preservando a água e as árvores”.

Os participantes foram organizados em três grupos com nomes de árvores para aprofundar a reflexão, compartilhando, em seguida, um resumo com os presentes.

Os participantes do Grupo Pequi relataram que a falta de chuvas fez com que os rios secassem e, com essa diminuição, a água já não é mais suficiente para saciar os animais e dar conta das demandas da agricultura. Outro ponto destacado foi a relação entre o aumento do calor e o desmatamento e as queimadas. A utilização de venenos pesados que provocam a mortandade de árvores, além de poluir o solo, o lençol freático e afetar a saúde humana, foi apresentada com preocupação.

Delmício dos Santos (Porto Nacional) finalizou a apresentação com uma triste constatação: “O desmatamento tirou o sossego dos pássaros, dos animais e de todos os seres humanos”.

Mabil Barbosa (PA Bom Jesus/Santa Rosa), explicou que Favela, que deu nome ao seu grupo, é a mesma árvore conhecida como fava de bolota ou faveira. Disse que a imagem retratada no desenho feito por eles é um resumo da floresta contemporânea, que já não é mais pujante como décadas atrás: “Na seca, a gente só vê folha e fogo. O pior inimigo da floresta, hoje, é a brutalidade do homem”. Essa mudança pode ser percebida no trajeto Natividade-Palmas, que já não conta mais com tantos exemplares de árvores nativas como aroeira, pequi e sucupira. O grupo também destacou os riscos do desmatamento e das queimadas para a saúde humana, como as epidemias e o agravamento de doenças respiratórias provocadas pela poluição.

O Grupo Jatobá corroborou com as ideias apresentadas pelos grupos anteriores em relação ao desmatamento, queimadas e mudanças climáticas. Daiane (Assentamento Novo Plano/Dianópolis) acrescentou a leniência na fiscalização: “Vivemos um momento difícil. As ações humanas estão acabando com o nosso Cerrado. Se o homem está fazendo (queimadas e desmatamentos) é porque alguém está apoiando, concordando com isso”. Seu Valdemar Medrado (Porto Nacional), saudosista, compartilhou: “Antes a gente tinha uma grotinha pra banhar, um coco de macaúba pra comer. Não tem mais nada”.

A moderadora Celenita enfatizou a responsabilidade de cada um para minimizar os efeitos das mudanças climáticas. Disse que é importante estar “atento” às atitudes em prol da preservação e, ainda, evitar o desmatamento.

A moderadora Renata Pereira ampliou o olhar sobre a temática lembrando que as mudanças já estão aparecendo, as pessoas estão preocupadas e sabem que alguma coisa precisa ser feita. Lançou um desafio aos presentes, questionando: “Se nada for feito, como a comunidade estará?”. E seguiu enfatizando a urgência de uma ação coletiva concreta para frear o aquecimento global. Renata enfatizou que entre os grandes geradores dos gases de efeito estufa estão, justamente, as letras “DD” da sigla REDD - Desmatamento e Degradação. Comparando o planeta Terra a uma estufa usada na produção agrícola, disse: “a gente também mora dentro de uma estufa e conseguimos sentir o aumento do calor na própria pele”, nesse caso, literalmente. Explicou de maneira breve como a camada de gases do efeito estufa vem se tornando mais densa e gerando as mudanças do clima.

Ueslei (São Valério) compartilhou que viveu uma temporada na Bélgica, onde enfrentou a temperatura de 16 graus negativos e hoje, na mesma época do ano, o frio fica na casa dos 8-9 graus negativos, demonstrando os reflexos do aquecimento em grande escala.

Aproveitando o exemplo, Renata frisou que o planeta inteiro tem vivenciado essas mudanças e convidou a ponto focal do Estado Isabel Acker para explicar melhor onde o JREDD+ se encaixa nesse contexto.

Isabel apresentou um resumo da relação entre florestas e mudanças climáticas, frisando o ciclo de consequências das ações humanas sobre o meio ambiente. Isabel apontou o JREDD+ como um instrumento econômico que pode contribuir para trazer soluções para este cenário.

Isabel ressaltou que o JREDD+ é uma política pública que tem como proposta fomentar as atividades produtivas sustentáveis, a conservação das florestas e a redução dos gases de efeito estufa, especialmente por meio da redução das queimadas e incêndios florestais, bem como da degradação do solo.

Marli Santos, representante do Estado especialista em JREDD+, explicou detalhadamente como esse serviço econômico se organiza, ao mesmo tempo em que fez um paralelo com a linha do tempo dos principais acordos internacionais voltados ao enfrentamento do aumento da temperatura do planeta.

Marli enfatizou o importante trabalho das árvores para retirar o gás carbônico da atmosfera e como é vital manter as florestas em pé para reter os 25% dos gases de efeito estufa que se encontram nesse ambiente. Em 2007, quando o JREDD+ foi apresentado na COP 13 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima), realizada em Bali/Indonésia, os países signatários entenderam que as florestas são espaços sagrados de proteção e que os países em desenvolvimento que possuem essas áreas poderiam ser compensados pelos seus esforços em reduzir o desmatamento e a degradação, ao mesmo tempo em que investem na conservação desse recurso essencial para a manutenção da vida na Terra. Marli apontou que, além do Brasil, a Venezuela e países da Ásia com áreas de floresta podem ser beneficiados com a comercialização dos créditos de carbono. A relevância do JREDD+ ficou mais evidente após o Acordo de Paris, assinado em 2015, quando os países se comprometeram a limitar o aumento da temperatura em, no máximo 1,5 graus (tendo como referência o período pré-industrial) e reduzir em 40% a emissão dos gases de efeito estufa.

Marli explicou que os cálculos de crédito de carbono do Programa Jurisdicional de JREDD+ no Tocantins abrangem todo o estado e que a comercialização poderá ocorrer até o ano de 2030. O período de referência usado pelo Tocantins vai de 2015 a 2019 e, a partir desse recorte, a redução do desmatamento e da degradação florestal mensurada (e comprovada) nos anos de 2020 a 2023 gerou os créditos de carbono que serão disponibilizados no primeiro lote. O cálculo possui critérios bem definidos e o peso estimado das árvores influencia na contabilização. Desta forma, uma área de “cerradão”, que é mais densa, possui uma quantidade mais expressiva de créditos de carbono do que os demais tipos do bioma do Cerrado.

Marli destacou a relevância dos esforços de preservação das nascentes e das florestas realizados pelos agricultores familiares e as ações do Estado voltadas ao

segmento, como a fiscalização e a assistência técnica. Os participantes levantaram questionamentos sobre a eficácia do trabalho de órgãos como o Ruraltins e o Naturatins. O grupo apontou problemas como gestão e falta de recursos na assistência técnica e cobrou um serviço mais adequado às características da agricultura familiar, possibilitando aumento da produção em áreas menores.

Marli retomou a palavra, citando exemplos de tragédias ambientais ocorridas em todo o mundo, com grande impacto sobre as pessoas, como a mortandade de pessoas pelas ondas de calor cada vez mais frequentes na Europa, a pior enchente do Rio Grande do Sul, em 2024 e, aqui no Tocantins, o incêndio de grandes proporções ocorrido em Buritirana (distrito de Palmas), que deixou pessoas feridas e uma morte. Nesse contexto, Marli inseriu a mobilização que tem ocorrido em diferentes frentes para que a redução de emissões pactuada possa ser viabilizada.

O Tocantins tem sido protagonista quando o assunto é mudanças climáticas. Um dos marcos do Estado destacado por Marli foi a criação da Lei nº 1.917, que instituiu a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins, no ano de 2008. Marli explicou que as oficinas participativas de consulta do JREDD+ que estão ocorrendo em 2025 resultam de um trabalho consistente que vem sendo elaborado há quase duas décadas, integrando diversos públicos em prol de um desenvolvimento mais sustentável. Além do arcabouço legal, Marli destacou a participação da sociedade civil organizada no processo. No ano de 2022, lideranças de todos os segmentos foram consultadas durante a elaboração da Lei 4.111/23, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, que contempla o JREDD+. O diálogo foi ampliado nos anos seguintes, com os diversos públicos envolvidos.

Marli explicou os próximos passos previstos na construção dos subprogramas do JREDD+: consolidação do documento com as propostas colhidas nas oficinas; consulta pública online por 30 dias; e audiência pública que deve ser realizada em julho. Até receber a autorização para a comercialização dos créditos no mercado voluntário, os documentos passarão por uma auditoria e registro no cartório internacional. A venda será realizada pela empresa suíça Mercuria Energy Group, que é parceira no projeto jurisdicional e tem prioridade de compra. Marli reforçou o convite aos agricultores familiares a se engajarem no processo: “O JREDD+ só vai nascer se vocês ajudarem! Precisamos construir, juntos, a finalização desse programa”.

O agricultor Ueslei questionou se ele, enquanto proprietário de terra, poderia desenvolver o projeto. Marli explicou que a modalidade jurisdicional do JREDD+ abrange o estado inteiro e não é um projeto privado, por isso os benefícios são coletivos e não há remuneração em dinheiro para cada área considerada.

Marli informou, ainda, que projetos particulares podem ser desenvolvidos, como o que está em curso na Ilha do Bananal, com uma estimativa de 3,7 milhões de toneladas de créditos de carbono. A elaboração e execução de projetos dessa natureza têm um custo elevado e não pode haver dupla comercialização dos créditos. Desta forma, toda iniciativa privada precisa ser descontada do montante

estimado pelo JREDD+ - que considera o conjunto de florestas dos biomas presentes no Tocantins.

Outro ponto esclarecido por Marli foi o objeto remunerado pelo JREDD+: o fluxo de redução do desmatamento e da degradação das florestas -, ou seja, não há pagamento pela “floresta em pé”, mas sim pelo fluxo de redução das atividades emissoras. Cada tonelada de gás carbônico (medida usada como padrão, pois outros gases agridem a camada de ozônio) equivale a um crédito no mercado de carbono.

Os participantes também questionaram se algum recurso referente ao JREDD+ já havia sido disponibilizado e, em caso afirmativo, como estava sendo investido. Marli informou que o programa já recebeu um pré-investimento, que está sendo aplicado nesse processo de construção coletiva e na melhoria de serviços como o módulo de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), monitoramento ambiental e aquisição de equipamentos de combate a incêndio.

Na sequência, Marli fez uma explanação sobre a repartição de benefícios do JREDD+ no Tocantins. Como o foco do programa está na redução do desmatamento e da degradação florestal (fluxo), 25% do montante será destinado aos projetos apresentados pelas entidades que agregam pequenos, médios e grandes agricultores. Uma fatia proporcional, de 25%, contemplará as áreas de estoque, onde comprovadamente existe floresta, em terras dos PIPCTAFQ. O restante dos recursos (50%) investido no fortalecimento do Estado, contemplando as unidades de conservação, áreas de terras não destinadas, o fortalecimento de órgãos e serviços diretamente envolvidos com a causa e o fomento da produção sustentável.

Após a explanação, o público sentiu-se à vontade para fazer uma série de intervenções. Dentre as questões pontuadas, destaco: assistência técnica qualificada para aumentar a produtividade sem a necessidade de expandir a área produtiva; levar conteúdo e informação como o da oficina para as novas gerações; focar na preservação de rios e áreas de vegetação nativa.

Ueslei se manifestou em tom de cobrança: “a nossa realidade no campo é outra! Falta o suporte do poder público”.

Isabel adiantou que haveria um momento da oficina destinado às questões financeiras, onde seria explicado com mais detalhes o fundo clima, como as entidades poderão acessar os recursos e que os projetos que serão desenvolvidos precisam fazer sentido para que os resultados sejam efetivos. Destacou que para acessar os recursos as entidades precisam estar regularizadas e em dia com as obrigações fiscais para que tenham condições de desenvolver os projetos almejados.

Maria Guanamar (Palmas/Fetaet) entrevistou, enfatizando que a participação das pessoas da agricultura familiar na construção de políticas públicas gera melhoria para todos.

O agricultor Mabil perguntou quem poderia comprar os créditos de carbono. Marli explicou que o JREDD+ do Tocantins adotou o “padrão Art Trees”. Para vender, o estado terá uma conta de registro e os compradores interessados, na maioria empresas, também precisam ter uma conta. Os grandes compradores desses ativos são empresas que precisam ou querem compensar suas emissões.

Jucilene (Fetaet) pediu a palavra para lembrar que a Semarh possui um viveiro de mudas no Colégio Agropecuário de Natividade, que contribui para o reflorestamento da área da bacia do Manoel Alves. Aproximadamente 30% das mudas produzidas ficam sob a tutela do Colégio. Ela informou que no mês de setembro a coleta de sementes de espécies nativas é realizada e encaminhada para os viveiros e que os catadores recebem diárias pelo serviço prestado.

As atividades da manhã foram encerradas e os participantes seguiram para o almoço, servido no refeitório da escola.

A moderadora Celenita deu início às atividades da tarde às 13 horas, com uma mística para animar os participantes.

Em seguida, a ponto focal do Estado Marli Santos falou que o JREDD+ e todas as suas ações podem ser acompanhadas no site (<https://jreddtocantins.to.gov.br/>) e redes sociais e convidou a comunicadora Fabiana para apresentar as redes - Instagram, TikTok e Youtube. Esses canais vão abrigar documentos e todo o processo de construção dos subprogramas do JREDD+. O público pode se identificar com a apresentação de um vídeo, com momentos da oficina de Natividade.

A moderadora Tereza Alice dá sequência ao trabalho, questionando os participantes “Por que Povos Indígenas, Povos Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares são importantes para o JREDD+?”.

A participante Simone falou que esses grupos, independentemente da cultura, têm que juntos seguir com os projetos e para atingir o resultado que desejam obter. Já Maria Guanamar enfatizou: “Nós somos os guardiões da floresta e somos o principal ponto para que o JREDD+ tenha sucesso”.

Os participantes foram divididos em três grupos - Verde, Amarelo e Azul - para discutir e apresentar o tema da pergunta. Ao retornarem, seguiu-se a apresentação dos grupos.

No Grupo Azul, a participante Daiane iniciou falando da importância da agricultura familiar e relatou que eles fazem parte dessa política pública: “Somos agricultores e quilombolas, somos o coração desse programa. Hoje estamos aqui porque subsistimos e não desistimos de produzir, continuamos nossas boas práticas ali na nossa comunidade. É um contexto de conjunto de obras e por isso que estamos aqui hoje porque nós representamos o JREDD+”.

No Grupo Amarelo, a Sangela falou que os povos fazem menos desmatamento, respeitam o código florestal, e agem em prol da conservação da biodiversidade. Citou que quando fez o curso de zootecnia em uma escola agrícola, lá eles estavam tentando recuperar uma nascente e o professor tinha plantado várias árvores, porém, logo depois, voltou lá e já não tinha mais água.

No Grupo Verde, Simone, disse que o PIQPCTAF precisa do JREDD+ e o JREDD+ precisa do PIQPCTAF. Falou também que as organizações sociais e sindicatos precisam ser fortalecidos. Mosar disse que é prazeroso falar do meio ambiente e que no seu assentamento (Jacubinha) uma nascente já secou. O agricultor disse: “Precisamos preservar! Nós podemos contribuir com o JREDD+ plantando seringueira e pode pôr o gado também que dá certo”.

Isabel retomou a programação perguntando: “O que é salvaguarda? Genilson respondeu que é algo que guarda ou protege. Isabel completou que as salvaguardas são as regras que protegem o mundo todo. Conhecidas como Salvaguardas de Cancun, porque foram definidas durante a COP 16, “são premissas que fazemos antes mesmo de começar”. Elas são 7 e definem as regras do jogo:

A 1º é o arranjo legal e a estruturação de leis e tem que estar alinhada com as legislações estaduais, municipais e internacionais. Uma delas, o Código Florestal, foi citada na oficina. Em nível de mundo, temos diversas convenções, além do acordo de Paris e dos ODS.

2º Governança: é a gestão e como as decisões devem ser tomadas. Dentro do programa do JREDD+, vamos ter direito aos recursos, canais de informações e ouvidorias que possibilitam entrar em contato e pegar informações. E uma salvaguarda que fala muito de diálogos e transparência.

3º Todas as ações de JREDD+ precisam respeitar os conhecimentos e direitos dos povos. Como é algo internacional, foi colocado o termo “comunidades locais”, no caso do Tocantins, seguimos o que foi definido na Comissão Nacional para JREDD+ como PIQPCTAF - um dos fatores é a identificação dos povos e seu estilo de vida, que precisam ser promovidos e respeitados.

4º Participação plena e efetiva das partes interessadas: PIQPCTAF, governo e agricultores.

5º Proteção da floresta, dos recursos naturais e valorização da biodiversidade.

6º Evitar o risco de reversão, que é a situação que estamos vivendo, preciso iniciar ações que no futuro vão continuar protegendo.

7º Precisamos evitar o vazamento das emissões, isso não pode mudar de estado e sim mudar a mentalidade das pessoas envolvida no JREDD+.

Isabel voltou a questionar os presentes: “O programa JREDD+ está vindo para resolver tudo ou ele tem riscos? Tenho certeza de que vocês participaram de programas que não deram tão certo, mas o JREDD+ precisa seguir as regras das 7 Salvaguardas e o mundo todo está de olho”.

A participante Janaina perguntou se tem como manter a nascente do rio que está na fazenda do vizinho. Marli Santos disse que as regras das reservas legais ajudam nessa resposta. No bioma Amazônia, a reserva legal precisa ser de 80% da área, ou seja, o proprietário da terra só pode usar 20% para produção. No Cerrado, a área produtiva pode ocupar 65% da área e para reserva devem ser resguardados 35%. Marli ressaltou que a multa vai ser aplicada a qualquer um, seja agricultor pequeno ou grande, pois todos precisam seguir o Código Florestal. A especialista em JREDD+ foi enfática ao afirmar que as áreas de nascente, obrigatoriamente, devem ser protegidas, independentemente das transações comerciais, como o fracionamento de fazendas. São pelo menos 50 metros de área protegida no entorno das nascentes.

Marli lembrou que existem canais para denúncia, inclusive resguardando o anonimato, o que evita conflito entre vizinhos. Alguns canais são o 0800 do Naturatins, a promotoria de justiça local e as ouvidorias em diferentes instâncias de poder. Uma das vantagens da Ouvidoria é a agilidade no retorno, pois há prazo definido para atender ao solicitante.

A dúvida sobre a área mínima para a instalação de um programa de JREDD+ foi detalhada por Marli. Por ser um programa de custos elevados de implantação, para dar retorno financeiro, a área precisa ser superior a 40 mil hectares. Em um assentamento que tem muitos hectares pode valer a pena. Maria Guanamar chamou a atenção para os “vendedores de facilidades”, pois propostas de má fé podem ser apresentadas. Nesses casos, o sindicato e a federação devem ser comunicados. “Cuidado com propostas oferecendo dinheiro e falando que vocês irão ficar ricos com o JREDD+, porque o programa não faz transferência de dinheiro, mas remunera através de projetos”, ressaltou.

Isabel informou que existem outras modalidades de crédito de carbono e que a Semarh possui o programa ABC, voltado às baixas emissões.

A programação contou com uma pausa, quando um lanche foi oferecido.

Na volta do café da tarde, a ponto focal do Estado Isabel Acker reforçou o pedido de que os participantes indicassem no cartaz o município que representavam.

Na sequência, Isabel fez a seguinte provocação: “Quem pode fazer alguma coisa para mudar o rumo da história?”, respondendo em seguida que todos podem participar dessa mudança e que a oficina certamente contribuiria com um resultado robusto, contemplando as demandas dos agricultores familiares da Região Sudeste no subprograma do JREDD+. Ao todo, serão realizadas seis oficinas com os agricultores familiares, abrangendo representantes de todas as regiões do Estado.

Isabel enfatizou a oportunidade do grupo apontar as necessidades do setor e, considerando a experiência, elencar projetos e ações que podem dar certo.

Antes de dividir os presentes em grupos de trabalho para levantar as demandas regionais, alguns pontos do JREDD+ foram retomados, como os setores envolvidos, a repartição dos benefícios, o fortalecimento do Estado para implementar o programa e o Fundo Clima, que vai fazer a gestão dos recursos de ativos ambientais. Isabel reiterou que o acesso aos recursos ocorrerá de forma coletiva, por meio de editais que serão desenhados a partir das demandas apresentadas nas oficinas.

Isabel explicou que as propostas contempladas no subprograma dos PIPCTAFQ podem - e devem - ser revisadas no período de consulta pública online. Para democratizar a participação, eventos e atividades poderão ser desenvolvidas em cada regional, contando com o suporte dos representantes que serão indicados ao fim da oficina. Concluiu Isabel: “É um chamado à participação coletiva para que o programa faça a diferença em cada comunidade”.

Em seguida, a moderadora Renata Pereira conduziu a divisão da plenária em grupos, com a tarefa de definir as ações importantes para a agricultura familiar que devem fazer parte do subprograma do JREDD+ voltado aos PIQPCATF.

Ao retornarem, os grupos contaram com o suporte de cartazes para fazer a apresentação, que teve a participação de várias pessoas. Algumas ações foram melhor detalhadas durante a exposição e outras foram recorrentes. A seguir, um resumo das propostas de cada um dos três grupos.

Grupo 1: assistência técnica para a produção de animais; recuperação de solos; abatedouro de frangos; laticínios; fábrica de farinha; insumos; distribuição de mudas; recuperação de nascentes; prevenção e combate a incêndios; regularização e fortalecimento das organizações; crédito; centro de comercialização de produtos da agricultura familiar.

Grupo 2: projetos desenvolvidos na associação; infraestrutura de estradas; fortalecimento da cadeia alimentar; energia solar; espaço para processamento de polpas; selo de inspeção; respeito aos costumes e tradições de manuseio dos alimentos; fiscalização dos recursos públicos. Também reiterou: abatedouro de frango; casa de farinha (móvel); sede para comercialização; regularização das associações (para poder receber os benefícios).

Grupo 3: incentivo de políticas públicas; aquisição de instrumentos e equipamentos; formação e capacitação; proteção das florestas; sistema produtivo sustentável; orientação e suporte técnico; implementos agrícolas para alimentos orgânicos; cursos de capacitação específicos; análise do solo (simples e composto); comunicação, informação e avaliação do JREDD+; gestão, autonomia e compromisso comunitário das entidades; recuperação do solo e reflorestamento. As

sugestões reforçadas por eles são: valorização das práticas de manejo tradicionais; organização e fortalecimento das associações, cooperativas e sindicatos.

Após a apresentação dos grupos, a plenária também chamou a atenção para uma situação recorrente: o uso indevido de recursos e máquinas, destacando que nem sempre os grupos que batalharam para conseguir são beneficiados. A necessidade de uma fiscalização mais atenta foi enfática. Também foram apontadas a relevância de transporte para escoar os produtos (tipo caminhão baú); a regularização fundiária das propriedades e territórios; intercâmbio de saberes e práticas; e criação de novos projetos de assentamento.

Maria Guamará (Fetaet/Palmas) colocou ênfase na urgência de uma política de regularização fundiária bem como de uma política efetiva para o fortalecimento da agricultura familiar no Tocantins. Aproveitou a deixa para lembrar aos participantes que a categoria também precisa estar organizada e fortalecida para fazer ecoar suas necessidades. Deixou como dica a regularização das entidades e a padronização de documentos, entre eles, estatutos e regimentos.

Isabel Acker agradeceu por tantas e importantes contribuições e convidou o grupo para organizar as sugestões em eixos temáticos, facilitando a elaboração dos editais voltados às demandas do grupo PIQPCTAF. Houve envolvimento expressivo de todos os presentes no processo, que resultou na organização das demandas importantes (listadas abaixo).

A proposta de “criação de novos” negócios gerou bastante discussão e acabou sendo retirada. Marli Santos pontuou que a organização do arranjo produtivo local é importante para o fortalecimento e escoamento da produção, mas que a criação de um CNPJ requer cuidado e atenção, pois se não for cuidada, pode resultar em dívidas, impossibilitando o acesso a financiamento. Maria Guamará (Fetaet/Palmas) lembrou que existem regras que caracterizam a agricultura familiar e a criação de novos negócios que não consideram essas características podem alterar o entendimento de porte do sistema produtivo.

Isabel explicou que estava satisfeita com a contribuição da oficina. Informou que as propostas seriam descritas num documento chamado Ajuda Memória, que sintetiza tudo o que foi discutido. Lembrou que haviam dois pontos relevantes na próxima etapa da oficina: assinatura da Ajuda Memória e a indicação dos representantes da região para a audiência pública.

Os trabalhos foram encerrados às 19h20 e os participantes seguiram para o jantar.

DIA 03: DOMINGO, 13 DE ABRIL DE 2025

PARTICIPANTES

1. Gernilson Gonçalves da Silva – Porto Nacional
2. Delvaide Ferreira dos Santos – Monte do Carmo
3. Valdemar Guimarães Medrado – Porto Nacional
4. Edivaldo P. Beli – Pindorama
5. Delmício Dias dos Santos – Porto Nacional

6. Janes Costa Xavier – Pindorama
7. Divino Aureliano Silvério – Pindorama
8. Simone Nunes de S Ribeiro – Almas
9. Daiane Costa Galdino Oliveira – Dianópolis
10. Elizabete Ribeiro de Oliveira – Dianópolis
11. Jociana Batista Gomes da Silva Pereira – Natividade
12. Cleoni P. da Silva Gomes -
13. Carlo Junior Rodrigues Carvalho – Santa Rosa
14. Daiany Gonçalves Andrade – Santa Rosa
15. Valdivino G Silva - Natividade | PA Jacubinha
16. Orlando Félix da Silva - Natividade | PA Jacubinha
17. Cleonice de Sales Dias - Santa Rosa
18. Víncola de Sales Dias - Chapada da Natividade
19. Mariane Xavier dos Santos – Arraías
20. Janaina Machado Cardoso – Arraías
21. Emilda Ramos Rodrigues – Arraías
22. Sangella Dourado Pereira – Dianópolis
23. Michelle Barbosa Rodrigues – Conceição do Tocantins
24. Raissa de Oliveira Tavares – Dianópolis
25. Luiz Gustavo Verde – Santa Rosa
26. Josiane R. da Silva – Santa Rosa
27. José Wennes M. Nazareno – Natividade
28. Dilma Cordeiro da Silva Pereira – Natividade
29. Maria Guanamar S. de Sousa – Palmas
30. Morocino Batista dos Reis – Chapada da Natividade
31. Janaina de S. O. Gomes – Fazenda Lagoa Santa Luzia
32. Sádilla Aparecida Ramos Rodrigues – Conceição
33. Maria Abadia Pereira Rabelo – Natividade
34. Daniela Rodrigues Barbosa – Natividade
35. Cleone Cordeiro Carvalho – Natividade
36. Mabil Barbosa Mendes - Santa Rosa
37. Cleocio da Silva Gomes
38. Janeide Cordeiro da Silva

Abertura

A abertura do último dia de oficina foi realizada pela facilitadora Renata Pereira, às 8h40. Durante toda a manhã, o público esteve bastante participativo e fez diversas pontuações, muitas delas reiterando assuntos que vinham sendo desenvolvidos com o desenrolar da programação, motivo pelo qual não serão novamente relatados. Renata Pereira perguntou aos participantes se havia alguma ação que eles gostariam de sugerir, além das que foram elencadas na véspera; Janaína pediu a palavra para solicitar uma inclusão nas propostas da Região Sudeste: a criação de novos colégios agrícolas no eixo temático de políticas públicas. Exemplos positivos de captação e utilização de recursos também foram compartilhados.

Renata Pereira perguntou aos participantes como seus grupos se organizam, na tomada de decisões.

Maria Guanamar (Fetaet/Palmas) usou a palavra para explicar a diferença entre representação e representatividade. Para falar sobre representação, usou o exemplo da categoria e seus diferentes espaços de tomada de decisão, a partir do local (associações), municipal (sindicato), estadual (federação, no caso a Fetaet) e nacional (a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag). Destacou que a agricultura familiar está muito bem representada, mas que a representatividade depende do comprometimento pessoal: “Não esperem o governo fazer alguma coisa porque o governo somos nós. Precisamos definir prioridades e nos organizar para ocupar melhor os espaços para garantir que as necessidades da agricultura familiar sejam contempladas”.

Renata aproveitou o exemplo para dizer que o JREDD+ também possui diferentes instâncias de tomada de decisões e saber quais são elas e como se comunicam seria a próxima etapa da oficina. Convidou Marli Santos, ponto focal do Estado, para falar sobre a governança do JREDD+.

Marli contou que esteve na feira local logo no início da manhã, conversou com os feirantes, conheceu os produtos oferecidos e aproveitou para perguntar se sabiam que a oficina estava sendo realizada no Colégio. Ponderou que para um agricultor familiar não é fácil participar de um evento de três dias, pois é necessário abdicar de muita coisa, como o cuidado dos animais, molhar a horta e estar com a família. “Essa tarefa é ainda mais pesada para as mulheres, que se dividem entre o trabalho no campo e as tarefas do lar”, refletiu Marli. Garantir a paridade de gênero é um dos desafios das oficinas de consulta, por isso o serviço de recreação é oferecido para que as mães tenham um lugar seguro para deixar os filhos enquanto participam da programação.

Trazendo como exemplo o modo como as famílias se organizam e tomam as decisões importantes, especialmente aquelas que afetam o todo, Marli introduziu o assunto Governança: “É a forma de decidir, acordada entre os membros. É o espaço de tomada de decisão”.

Marli ponderou que Estado, setor produtivo e entidades precisam se unir para decidir e implementar as ações que podem contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas. As diferentes instâncias de governança do JREDD+, que exigem esta representatividade, foram apresentadas por Marli, entre elas: Conselho Estadual de Meio Ambiente (atua na regulação e estabelece normas); Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento (faz planejamento, gestão, monitoramento e define a repartição de benefícios); Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, que tem poder de sugestão e agrega os povos indígenas, universidades, poder público; e o Fundo Clima, que vai receber os recursos do JREDD+.

A Fetaet tem assento e poder de decisão no Conselho, podendo atuar na avaliação e fiscalização da utilização dos recursos. Marli também explicou que a Secretaria do

Meio Ambiente e Recursos Hídricos é a unidade gestora do programa e fornecerá suporte às entidades, disponibilizando uma equipe técnica para orientar e auxiliar.

Como o assunto do CNPJ das entidades voltou à pauta, Jucilene, presidente da Fetaet, lembrou que este é o momento de regularizar as inadimplências, com a redução de multas e juros oferecidas pelo “Desenrola Rural”.

Finalizando sua participação, Marli falou sobre a Ouvidoria, que é um serviço ligado à Corregedoria Geral do Estado, onde o cidadão pode fazer denúncias, enviar sugestões, pedir informações e elogiar. O JREDD+ conta com uma Ouvidoria específica e as demandas precisam ser respondidas num prazo de até 10 dias. As denúncias podem ser anônimas.

A moderadora Renata convidou a representante do Estado, Isabel Acker, para falar sobre o papel e o perfil dos representantes da Região Sudeste na audiência pública. Isabel pediu a ajuda dos participantes para construir o perfil desejado dos representantes regionais. De acordo com os participantes, os representantes precisam ter: disponibilidade; responsabilidade; empatia/coletividade; compromisso e comprometimento; conhecimento do assunto que vão defender e da realidade que representam; ser da categoria; ser comunicativos; e saber repassar as informações.

Isabel também explicou a missão dos representantes: fazer uma revisão para identificar se as contribuições locais foram contempladas no documento; durante o período de consulta digital, definir a melhor estratégia que o documento possa ser conhecido por todos os interessados; e, por fim, validar o texto do subprograma do PIQPCTAF durante a audiência pública, que será em Palmas.

Maria Guanamar informou que a recomendação da Fetaet é garantir a paridade de gênero na construção coletiva e respeitar também as diferenças de idade. Desta forma, a representação dos agricultores familiares deve contar com a presença de, pelo menos, 50% de mulheres.

O convite foi lançado para que os presentes se candidatassem voluntariamente. Duas mulheres e três homens se prontificaram. Como eram somente duas vagas disponíveis para os homens, em conversa entre os interessados, o senhor José Wennes (Distrito de Príncipe/Natividade) decidiu abdicar em prol do grupo.

Cada candidato teve a oportunidade de se apresentar e compartilhar a motivação para participar do processo de consulta pública. Por fim, os presentes validaram os representantes por meio de palmas. Os seguintes nomes foram validados como representantes da agricultura familiar da Região Sudeste do Tocantins:

Daiane Costa Galdino Oliveira – Assentamento Novo Plano/Dianópolis

Mariane Xavier dos Santos – Secretária de Finanças do Sindicato de Arraias

Janes Costa Xavier – presidente do Sindicato de Pindorama

Mabil Barbosa Mendes – assentado no projeto Bom Jesus, em Santa Rosa do Tocantins.

O próximo ato da oficina foi a leitura, seguida da assinatura, da Ajuda Memória da Oficina Participativa de Consulta de Natividade. A leitura foi feita por Janaína (Natividade). Ao fim da leitura, Emilda (Comunidade Quilombola Matão) solicitou uma nova inclusão na proposta da região, como ação de governo: o incentivo para os agricultores familiares realizarem o recolhimento de sementes.

Após uma pausa para o lanche, as atividades foram retomadas com a presença da diretora do Colégio anfitrião, professora Hellen Rayssa Nunes Rodrigues, que fez uma rápida apresentação do colégio. O público presente aproveitou a oportunidade para fazer perguntas e sugestões.

“Acredito que a Educação é o único meio de transformar a realidade”, disse a diretora Hellen, citando que assumiu recentemente a gestão da unidade e, com ela, grandes desafios. A fazenda-escola, fundada há 40 anos, atualmente integra a estrutura da Secretaria de Estado da Educação. Possui cerca de 350 alunos no ensino médio regular e profissionalizante em agropecuária, que funciona em tempo integral. À noite, alunos que cursam o ensino médio em outros colégios fazem o curso profissionalizante. Hellen falou que a intenção é ampliar a oferta de cursos, inclusive com a formação técnica.

O Colégio, que possui uma área produtiva de 90 alqueires, tem uma despesa fixa alta com animais, plantação e estrutura física. Parte dos recursos de custeio são gerados com a venda de animais de pequeno porte e hortaliças. Empresas da região e o Município, eventualmente, fazem doação de materiais e mão-de-obra.

Ao mesmo tempo que o Colégio alimenta o mercado de trabalho local e regional com seus egressos, também é uma unidade empregadora, com cerca de 60 funcionários, sendo muitos deles ex-alunos. Hellen também explicou que tem alunos que são filhos de agricultores e, quando voltam para casa, contribuem para a melhoria da produção familiar.

Respondendo a pergunta de Marli Santos sobre a produção, Hellen explicou que é bem diversificada, mas em pequena escala. Frutas como maracujá, banana e acerola, hortaliças, milho e arroz são cultivados no Colégio. Aves, suínos e caprinos também são criados no local, bem como gado leiteiro. A diretora disse que o Colégio almeja reintroduzir a piscicultura e a apicultura.

Maria Guanamar questionou sobre a invasão de terras do Colégio e a diretora explicou que um levantamento está sendo realizado com o objetivo de reverter a situação. Outro ponto questionado foi como ocorrem as decisões do Colégio, como a venda de produtos e doações. Hellen explicou: “todas as decisões passam pela Associação”. Servidores, representantes dos pais, alunos e comunidade fazem parte da associação e decidem juntos.

A moderadora Renata Pereira agradeceu a participação da diretora Hellen e, em seguida, convidou as crianças que estiveram na oficina para apresentarem os trabalhos desenvolvidos sob a supervisão das recreadoras. A menina Geovana fez a leitura do poema “Cadê a floresta que estava aqui?”.

Em seguida, Renata compartilhou as sugestões colocadas na “Sementeira de Ideias”: educação ambiental permanente; fortalecimento das instituições; e uma reflexão sobre multas do Naturatins - junto com a cobrança financeira deveria haver a exigência de reparação. Marli explicou o processo da cobrança de multas: “O Fundo Estadual de Meio Ambiente recebe todas as multas e taxas do Naturatins. Do montante, 60% é transformado em verba de custeio das atividades do órgão e os 40% restantes destinados a projetos”. As etapas são: 1) notificação do infrator; 2) prazo para reparo; 3) aplicação de multa quando a exigência não é cumprida. O infrator autuado pode recorrer em três instâncias: interna, com a decisão tomada pelo presidente; havendo negativa do pedido, pode solicitar a apreciação do Conselho Estadual de Meio Ambiente; e, por fim, abrir um processo judicial. Marli observa que o recebimento das multas demora muito tempo para ser recebido, especialmente quando os processos seguem para a esfera judicial.,

Caminhando para o encerramento da programação, foi realizada a entrega de certificados para os participantes.

A moderadora Renata solicitou aos presentes que contribuíssem com a avaliação da oficina em um cartaz específico.

Marli agradeceu a presença de todos em nome do secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins, Marcello Lelis, enfatizando que o programa do JREDD+ está nascendo consistente e forte com a participação e contribuição de todas as partes interessadas.

Com as bênçãos do Divino Espírito Santo, a programação foi lindamente encerrada com a presença do Grupo de Suça Mãe Ana, de Natividade, coordenado pela mestre de cultura Felisberta Pereira da Silva, a Dona Feliz. “Essa é uma dança de senzala”, enfatiza Dona Felisberta dizendo que, apesar das senzalas, o preto era ‘livre’. Como seus antepassados, o grupo faz questão de manter a tradição de confeccionar os tambores com madeira oca e couro de boi.

O público acompanhou com palmas e aproveitou para fazer registros dessa importante expressão cultural do povo tocantinense. Muitos entraram na roda para dançar a jiquitaia.

Os presentes se reuniram para a foto oficial e seguiram para o almoço. Os trabalhos foram encerrados às 12h30.

Registro, ainda, o “grito de socorro” feito por Dona Feliz em prol do Ribeirão Água Suja. Ela pede que as atenções se voltem à nascente do ribeirão, pois a exploração de minério pode comprometer esse importante curso de água, que se mantém no período de estiagem.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS
<p>Capacitação: intercâmbio, capacitação e cursos, formações e capacitações nas ciências específicas (valorização dos saberes tradicionais);</p> <p>Infraestrutura e produção: melhorias nas estradas, sede para comercialização, escoamento da produção, energia solar, instrumentos e equipamentos, implementos agrícolas para produção orgânica, criação de animais, assistência técnica e financeira, laticínios, diagnósticos de produções, fortalecimento para atender ao selos (SIM, SIE, SIF, Agricultura Familiar), fábrica de farinha, casa de polpas, fortalecimento das cadeias de alimentos, abatedouro de pequenos animais, crédito para novos negócios, análise do solo (simples e composta), distribuição de mudas, caminhão; incentivo para os agricultores familiares fazerem o recolhimento de sementes;</p> <p>Preservação: recuperação de solos degradados, distribuição de mudas para recuperação de áreas, prevenção e combate a incêndios, recuperação de solos e reflorestamento, recuperação de nascentes;</p> <p>Fortalecimento das entidades: regularização das associações, avaliação socioeconômica das comunidades, garantir equipe técnica para acessar os projetos/editais, padronização de estatutos e construção dos regimentos internos, criação de novos projetos de assentamento, fortalecimento das associações, cooperativas e sindicatos, gestão e compromisso comunitário, autonomia;</p> <p>Responsabilidade do poder público: regularização fundiária, prevenção e combate a incêndios, orçamento para os órgãos estaduais que atendem a agricultura familiar (Ruraltins, Naturatins, Itertins, Adapec, Seagro, Semarh) e também nos municípios (Meio Ambiente e Agricultura), criação de mais assentamentos, melhoria de estradas, comunicação, informação e avaliação do JREDD+, valorização das práticas tradicionais de manejo (Salvaguarda 3), fiscalização dos recursos públicos, incentivos de políticas públicas, fortalecimento das comunidades nos costumes de cada povo; criação de novos colégios agrícolas e agropecuários no Estado.</p>
REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS
<p>Por recomendação da FETAET, para garantir a equidade de gênero, foi solicitado que a representação dos agricultores familiares tivesse a presença de 50% de mulheres. Os interessados se manifestaram espontaneamente e, entre eles, definiram os representantes, que foram aprovados pelos presentes por palmas. Os representantes da agricultura familiar da Região Sudeste do Tocantins são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Daiane Costa Galdino Oliveira – Associação Novo Plano/Dianópolis 2. Mariane Xavier dos Santos – Secretária de Finanças do Sindicato de Arraias 3. Janes Costa Xavier – agricultor em Pindorama

4. Mabil Barbosa Mendes – PA Bom Jesus, em Santa Rosa do Tocantins

Avaliações e resultados da oficina

A Oficina Participativa de Consulta de Natividade reuniu agricultores da Região Sudeste do Estado para discutir o programa JREDD+. No primeiro dia, a presença foi menor, mas a média de público não sofreu grandes alterações. O evento contou com a presença de homens e mulheres, muitos jovens e pessoas com mais de 60 anos. A desconfiança inicial foi sendo substituída ao longo da programação, resultando na aprovação do programa. Apesar de algumas divergências, não houve enfrentamento entre os participantes. O grupo aproveitou a ocasião para compartilhar suas dores, destaco aqui a fragilidade apontada no serviço de assistência técnica e o uso indevido de máquinas e implementos agrícolas que nem sempre atendem aos agricultores familiares. Mesmo trabalhando em grupos distintos, algumas demandas foram recorrentes entre os presentes: eles querem melhorar e ampliar o sistema produtivo, produzir mais sem precisar aumentar a área e receber orientação técnica que faça sentido para a comunidade e leve em conta os saberes tradicionais. O grupo se mostrou receptivo à proposta do JREDD+ e espera ver seus anseios contemplados no decorrer da execução do programa.

No encerramento da oficina, os participantes realizaram uma avaliação com o objetivo de informar o grau de satisfação com o trabalho desenvolvido. As respostas à pergunta “A oficina atendeu as expectativas” foram indicadas em uma cartolina, tendo o seguinte resultado:

- Sim, superou: 22 respostas.
- Atendeu: 9 respostas.
- Atendeu parcialmente: 1 resposta.
- Não atendeu: 1 resposta.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2025



Apresentações



Dinâmica “sementeira de idéias”



Dinâmica “sementeira de idéias”



Apresentação dos grupos: “sementeira de idéias”

DIA 03: DOMINGO, 13 DE ABRIL DE 2025



Consolidação ações importantes



Representantes escolhidos



Leitura ajuda memória



assinatura ajuda memória